

A RESPEITO DOS CONCEITOS DE DEBREAGEM E DE EMBREAGEM: AS RELAÇÕES ENTRE SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA

ON THE CONCEPTS OF SHIFTING OUT AND SHIFTING IN: RELATIONSHIPS BETWEEN SEMIOTICS AND LINGUISTICS

Jose Luiz FIORIN¹

Resumo: Este trabalho parte da ideia de que a semiótica pode fornecer aos linguistas conceitos que permitam explicar a discursivização das categorias da língua, não para estabelecer um catálogo de seus múltiplos usos, mas para compreender a “lógica” de seu funcionamento no discurso. Nessa perspectiva, este trabalho mostra como os conceitos de debreagem e de embreagem podem dar uma explicação global para a discursivização das categorias de pessoa, de espaço e de tempo.

Palavras-chave: Categorias da enunciação. Discursivização. Enuncivo. Enunciativo. Referencialização.

Abstract: This paper draws on the idea that Semiotics can provide linguists with concepts that help explain the discursivization of language categories – not to establish a catalog of their multiple uses, but to understand the “logic” of how they work in discourse. From this perspective, this paper shows how concepts such as shifting out and shifting in permit a global explanation of the discursivization of categories like person, space, and time.

Keywords: Categories of enunciation. Discursivization. Enuncive. Enunciative. Referentialization.

¹ Professor aposentado da USP – Universidade de São Paulo. E-mail: jolufi@uol.com.br

1. Introdução

Quais são as relações entre a semiótica e a linguística?? Que é que a semiótica pode oferecer a um linguista para que seus estudos da língua sejam melhores, mais completos, mais exaustivos? Segundo Coquet (1984, p. 21), “o objeto da semiótica é a explicitação das estruturas significantes que modelam o discurso social e o discurso individual”. Tendo em conta seu objeto, que é a explicitação das condições de produção e de compreensão do sentido do discurso, a semiótica pode fornecer aos linguistas conceitos que permitam explicar a discursivização das diferentes categorias da língua. O estudo das possibilidades de discursivização das categorias da língua não visará a fazer um catálogo de seus múltiplos usos, como fazem tradicionalmente as gramáticas mais completas, mas a dar uma explicação que permita compreender a “lógica” de seu funcionamento no discurso. Nessa perspectiva, nosso objetivo, neste trabalho, é mostrar como os conceitos de debreagem e de embreagem podem proporcionar uma explicação global para a discursivização das categorias de pessoa, de tempo e de espaço das diferentes línguas³.

Como esses conceitos são habitualmente compreendidos pelos semioticistas franceses? A debreagem, escreve Denis Bertrand (2003, p. 90), “é a condição primeira para que se manifeste o discurso sensato e partilhável: ela permite estabelecer, e assim objetivar, o universo do “ele” (para a pessoa), o universo do “lá” (para o espaço) e o universo do “então” (para o tempo)”.

A embreagem, prossegue ele, “instala o discurso em primeira pessoa” (BERTRAND, 2003, p. 91).

Ela consiste então, para o sujeito da fala, em enunciar as categorias dêiticas que o designam, o “eu”, o “aqui” e o “agora”: sua função é manifestar e recobrir o “lugar imaginário da enunciação” por meio de simulacros de presença, que são *eu*, *aqui* e *agora*. Essas categorias se definem por sua relação e sua oposição às categorias debreadas.

2 Este texto foi publicado em francês na revista *Actes sémiotiques*, nº 119, 2016.

3 Segue uma lista de nossos principais trabalhos sobre a enunciação: FIORIN, Jose Luiz. *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Contexto, 2016; FIORIN, Jose Luiz. Evolução do sistema temporal: do latim ao português. In: DUARTE, Lélia Pereira (org.). *Pra sempre em mim: homenagem a Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC, 1999. p. 173-185; FIORIN, Jose Luiz. Adjetivos temporais e espaciais. In: ABAURRE, Maria Bernadete M.; RODRIGUES, Angela C. S. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. v. 8, p. 59-81; FIORIN, Jose Luiz. Tempo e temporalização. In: CAGLIARI, Luiz Carlos. *O tempo e a linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2008. p. 9-39; FIORIN, Jose Luiz. 51 entradas concernentes à teoria da enunciação desenvolvida pela semiótica narrativa e discursiva. In: FLORES, Valdir do Nascimento, BARBISAN, Leci, FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

Um pouco mais adiante, o mesmo autor afirma que a embreagem é um “discurso com ‘eu’”, enquanto a debreagem é “a possibilidade de usar *ele*, *então* e *lá*, isto é, de abandonar a inerência a si mesmo e de representar sujeitos e coisas sem relação com a situação de fala, como numa projeção objetivante” (BERTRAND, 2003, p. 92). Ele exemplifica em seguida alguns gêneros regidos pelo discurso embreado ou pelo discurso debreado: “O teatro, a exemplo do diálogo, é regido pelo discurso embreado, assim como o monólogo lírico da poesia, enquanto o romance e a maior parte dos gêneros narrativos (conto, relato, novela, etc.) se classificam, na maioria das obras, como um discurso debreado” (2003, p. 93).

Na síntese do capítulo “A enunciação na semiótica”, diz o autor que “a enunciação individual é analisada por meio de duas operações: a debreagem (que funda o discurso na terceira pessoa) e a embreagem (que instaura o discurso na primeira e na segunda pessoa)” (2003, p. 109).

Esse é um resumo bem preciso da compreensão padrão dos conceitos de debreagem e de embreagem pelos semioticistas franceses. Entretanto, essas definições dessas operações enunciativas apresentam dois problemas. O primeiro é que, com exceção da debreagem e da embreagem actancial, os conceitos de debreagem e de embreagem não são operacionais. Com efeito, ignoram-se, por exemplo, os tempos linguísticos ou os advérbios de tempos com os quais se efetuam a debreagem e a embreagem temporal. Também não se sabe exatamente com que categorias se fazem a debreagem e a embreagem espacial. Não basta dizer que essas operações se realizam com o “aqui” e o “lá”, porque um discurso pode construir-se com base na oposição *aqui* vs. *lá*.

O segundo problema, e o mais grave, é que essa maneira de compreender as operações de debreagem e de embreagem não permite explicitar todas as possibilidades de discursivização das categorias de pessoa, de espaço e de tempo das línguas naturais. Como se pode explicar a narração de Júlio César em terceira pessoa no *De Bello Gallico*? Não se trata de um simples narrador em terceira pessoa, à semelhança dos narradores dos romances naturalistas (por exemplo, o narrador de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo). Ao longo de toda a sua obra, em que narra a guerra contra os gauleses, César não diz *eu*, mas *César*. Nesse caso, um *ele* é empregado com valor de *eu*. Butor (1964, p. 69) mostra o alcance político extraordinário desse uso da terceira pessoa pela primeira. Como descrever certos valores dos tempos verbais, o presente histórico, o imperfeito de polidez, o futuro do pretérito de atenuação?

A fim de explicar todas as possibilidades de discursivização das categorias de pessoa, de tempo e de espaço, é preciso mudar a compreensão do que se concebe como debreagem e embreagem.

2. A debreagem

A debreagem é “a operação pela qual a instância de enunciação se separa e projeta para fora de si, no momento do ato de linguagem, certos termos ligados a sua estrutura de

base para constituir assim os elementos fundadores do enunciado-discurso” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 79). Esses termos pertencem às categorias de pessoa, de tempo e de espaço.

Na medida em que a constituição da categoria de pessoa é essencial para a construção do discurso e o *eu* está inserido num tempo e num espaço, a *debreagem* é um elemento fundamental do ato constitutivo do enunciado. Sendo a enunciação uma instância linguística pressuposta pelo enunciado, a *debreagem* contribui também para articular a própria instância da enunciação. Assim, a *discursivização* é, ao mesmo tempo, o mecanismo criador da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação e a representação actancial, espacial e temporal do enunciado (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 79).

Visto que a enunciação é a instância da pessoa, do espaço e do tempo, a *debreagem* pode ser actancial, espacial ou temporal. Ela consiste então, num primeiro momento, a separar do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação um *não eu*, um *não aqui* e um *não agora* e a projetá-los no enunciado (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 79). Como o *eu*, o *aqui* e o *agora* inscritos no enunciado não são de fato a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação, pois estes são sempre pressupostos, a projeção da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação é também uma *debreagem*. É necessário compreender bem essa afirmação. No *Dicionário*, Greimas e Courtés afirmam que existem dois tipos distintos de *debreagem*: a *debreagem enunciativa* e a *debreagem enunciva*⁴. A *debreagem enunciativa* é aquela em que os actantes (*eu/tu*), o espaço (*aqui*) e o tempo (*agora*) da enunciação instalam-se no enunciado, isto é, aquela em que o *não eu*, o *não aqui* e o *não agora* são enunciados como *eu*, *aqui* e *agora* (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 80-82). Com efeito, o discurso em primeira pessoa é *debreado*, porque o *eu* instalado no enunciado não é o *eu* pressuposto da instância da enunciação. Em relação a este *eu*, o *eu* inscrito no enunciado é um *não eu*, um *ele*. Trata-se de outro actante criado pelo enunciador e apresentado sob a forma de um *eu*. O mesmo raciocínio aplica-se ao *tu*, ao *aqui* e ao *agora*.

Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos - e, antes de começar, digo os motivos porque silencie e porque me decido (RAMOS, 1972, p. 3).

Nesse caso, um *eu* instala-se no enunciado, conta a história e utiliza o tempo da enunciação (o *agora*). Trata-se de *debreagens* actancial e temporal enunciativas.

Na *debreagem* espacial enunciativa, é preciso levar em conta que todo espaço ordenado em função do *aqui* é um espaço enunciativo. Assim, o *lá* que se opõe ao *aqui* é enunciativo. É o que ocorre na *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias (1957, p. 83):

4 Essa distinção entre enunciativo e enuncivo é calcada na diferença entre discurso e história feita por Benveniste (1966). As *debreagens* enunciativas e enuncivas constituem modos distintos de enunciação que se combinam de diversas maneiras para produzir uma gama variada de textos.

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.

Da mesma forma, na debreagem temporal, os tempos ordenados em relação ao *agora* da enunciação são enunciativos. Se se considera o momento da enunciação como tempo zero e se se lhe aplica a categoria topológica *concomitância / não concomitância (anterioridade / posterioridade)*, obtém-se o conjunto dos tempos enunciativos. No texto de Graciliano Ramos citado anteriormente, nota-se que *silencieei* é um tempo que indica anterioridade em relação ao *agora*.

A debreagem enunciva é aquela em que os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*alhures*) e o tempo do enunciado (*então*) se instauram *no enunciado*. Convém lembrar que o *alhures* é um ponto instalado no enunciado; do mesmo modo, o *então* é um ponto de referência temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero a que se aplica a categoria topológica *concomitância / não concomitância (anterioridade / posterioridade)*.

Rubião fitava a enseada, - eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta (ASSIS, 1979, v. 1, p. 643).

O texto começa com uma debreagem actancial enunciva, quando nele se estabelece o actante do enunciado, Rubião. O verbo *fitava*, no pretérito imperfeito do indicativo, indica uma ação concomitante em relação a um ponto de referência temporal passado instituído no texto (*eram oito horas da manhã*). Como o tempo começa a ordenar-se em relação a uma demarcação constituída no texto, a debreagem temporal é enunciva. Aliás, o *visse* que vem em seguida é relativo não a um *agora*, mas a um *naquele momento*, o que corrobora a enuncividade. O espaço estabelecido no texto não é o *aqui* da enunciação, é um ponto marcado no texto, *à janela de uma grande casa de Botafogo*.

A debreagem enunciativa e a debreagem enunciva criam, em princípio, dois grandes efeitos de sentido: o de subjetividade e o de objetividade. Com efeito, a instalação dos simulacros do *ego-hic-nunc*, com suas apreciações dos fatos, constrói um efeito de subjetividade, enquanto a eliminação das marcas da enunciação no texto, isto é, da enunciação enunciada, que faz que o discurso se construa apenas com um enunciado enunciado, produz um efeito de sentido de objetividade. Como o ideal da ciência constituída a partir do positivismo é a objetividade, uma das regras constitutivas do discurso científico é a eliminação das marcas enunciativas: o discurso científico aspira a construir-se apenas com enunciados.

Também existem debreagens internas e elas são frequentes no discurso literário, assim como na conversação corrente (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 80). Trata-se do fato de que um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, torna-se uma instância enunciativa que opera, por conseguinte, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva. O diálogo, por exemplo, constrói-se dessa maneira: com debreagens internas, em que há mais de uma instância de tomada da palavra. Essas instâncias são hierarquicamente subordinadas umas às outras: o *eu* que fala num discurso direto é dominado por um *eu*, narrador, que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado. Cada *eu* é um *não eu* em relação à instância enunciativa subordinante. Em virtude dessa cadeia de subordinação, diz-se que o discurso direto é uma debreagem de segundo grau. Seria de terceiro, se o sujeito debreado de segundo grau fizesse outra debreagem. Embora esse procedimento possa teoricamente estender-se infinitamente, é quase impossível, por razões práticas, tais como a limitação da memória, que ele ultrapasse o terceiro grau e é muito difícil que vá além do segundo.

Existem, pois, dois tipos de debreagem: a debreagem enunciativa (discurso em primeira pessoa, localizado num espaço ordenado em relação a um *aqui* e nos tempos [concomitância, anterioridade e posterioridade] que estão diretamente em relação com um *agora*) e a debreagem enunciva (discurso em terceira pessoa, localizado num espaço que não tem relação com o lugar da enunciação e nos tempos [concomitância, anterioridade e posterioridade] que se ordenam em função de um momento de referência, passado ou futuro, instalado no enunciado).

3. A embreagem

Ao contrário da debreagem, que é a expulsão para fora da instância de enunciação dos termos categóricos que servem de suporte ao enunciado, a *embreagem* designa o efeito de retorno à enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos das categorias de pessoa e/ou de espaço e/ou de tempo, assim como pela denegação da instância do enunciado (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 119).

Como a embreagem se aplica às três categorias da enunciação, tem-se, da mesma maneira que no caso da debreagem, a embreagem actancial, a embreagem espacial e a embreagem temporal.

O efeito de retorno à instância da enunciação não se produz pela utilização do *eu*, do *aqui* e do *agora*. Com efeito, quando se discursivizam os actantes que participam da enunciação, o espaço da enunciação e o tempo da enunciação, cria-se uma "referencialização" no enunciado, pois os parceiros "reais", o espaço e o tempo da comunicação são simulados no enunciado. Do mesmo modo, quando se discursivizam os actantes, o espaço e o tempo do enunciado, representam-se as pessoas, os espaços e os tempos do mundo natural. Para um retorno efetivo à enunciação, é preciso que a linguagem se apresente como linguagem e não como um simulacro do mundo. É necessário que ela se liberte das

convenções miméticas. É assim que se produz uma desreferencialização do enunciado. Como se faz a embreagem? Greimas e Courtés mostram que existem dois procedimentos para desreferencializar o enunciado: 1) a suspensão da oposição entre certos termos das categorias de pessoa e/ou de espaço e/ou de tempo; 2) a denegação da instância do enunciado.

Os exemplos dados por Greimas e Courtés (“O general de Gaulle pensa que...” e “Você trabalha bem, meu rapaz”) assinalam que a suspensão da oposição entre certos termos das categorias de pessoa e/ou de espaço e/ou de tempo é uma neutralização das oposições constitutivas do sistema de pessoa, de espaço e de tempo. Isso quer dizer que o primeiro procedimento para realizar uma embreagem é utilizar uma pessoa, um espaço ou um tempo com o valor de outro.

A embreagem actancial concerne a neutralizações na categoria de pessoa. Toda embreagem pressupõe uma debreagem prévia. Quando o Presidente diz “O Presidente da República julga que o Congresso Nacional deve estar afinado com o plano de estabilização econômica”, tem-se, do ponto de vista da forma, uma debreagem enunciativa (um *ele*). Entretanto, esse *ele* é utilizado no lugar de um *eu*. Assim, uma debreagem enunciativa (instalação de um *eu*) precede a embreagem, isto é, a neutralização da oposição categórica *eu/ele*, em proveito do segundo membro do par, nega o enunciado, justamente porque o enunciado é afirmado pela debreagem prévia (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 119-121). Negar o enunciado equivale a voltar à instância que o precede e que ele pressupõe.

Você lá, que é que está fazendo no meu quintal?

A embreagem espacial concerne a neutralizações na categoria de espaço. Na frase acima, *lá* é empregado com o valor de *aí*, espaço da enunciação, lugar do enunciatário. Esse emprego estabelece uma distância entre os actantes da enunciação e mostra que a pessoa a quem se endereça o enunciado é colocada fora do espaço da cena enunciativa.

A embreagem temporal concerne a neutralizações na categoria do tempo. Tomemos como exemplo o poema *Profundamente*, de Manuel Bandeira:

Quando ontem adormeci
Na noite de São João
Havia alegria e rumor
Estrondos de bombas luzes de Bengala
Vozes cantigas e risos
Ao pé das fogueiras acesas.

No meio da noite despertei
Não ouvi mais vozes nem risos
Apenas balões
Passavam errantes

Silenciosamente
Apenas de vez em quando
O ruído de um bonde
Cortava o silêncio
Como um túnel.
Onde estavam os que há pouco
Dançavam
Cantavam
E riam
Ao pé das fogueiras acesas?

- Estavam todos dormindo
Estavam todos deitados
Dormindo
Profundamente

Quando eu tinha seis anos
Não pude ver o fim da festa de São João
Porque adormeci

Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo
Minha avó
Meu avô
Totônio Rodrigues
Tomásia
Rosa
Onde estão todos eles?

- Estão todos dormindo
Estão todos deitados
Dormindo
Profundamente (1983, p. 217-218).

Quando se chega à segunda parte do poema, compreende-se que *ontem* do primeiro verso é *a véspera do dia de São João do ano em que o poeta tinha seis anos (naquele tempo)*. Essa neutralização entre o tempo enunciativo *ontem* e o tempo enuncivo *na véspera*, em proveito do primeiro, é um procedimento a que se recorre para presentificar o passado, reviver o que se passou naquela noite de São João, em que o poeta adormece e vive, no tempo anterior, rumor e alegria e, no tempo posterior, silêncio. Naquela noite, a vigília do poeta corresponde ao sono profundo dos que haviam dançado, cantado e rido ao pé das fogueiras acesas.

Debreando enuncivamente *a véspera da festa de São João*, no início da segunda parte, o poeta afasta o que ele acabara de reviver e transforma essa revivescência em lembrança. Segundo os termos de Benveniste, a primeira parte deixou de ser “discurso”, isto é, vida, para tornar-se “história”. Uma debreagem enunciativa (presente do indicativo) manifesta-se então e volta-se à vida presente. À vigília de outrora corresponde a vida de hoje, ao silêncio de antanho corresponde a não vida hodierna. O poeta está vivo e só, porque todos aqueles que ele amava estão mortos e enterrados (*estão todos dormindo, estão todos deitados*). A solidão no dia de São João anuncia a solidão depois da morte de seus próximos. A embreagem temporal resgatou o tempo das brumas da memória e a debreagem enunciativa recolocou-o lá novamente.

Existe outro procedimento para negar a instância do enunciado: a mistura dos níveis das instâncias enunciativas. Segundo Greimas e Courtés (1979, p. 125), há três níveis: 1) enunciador / enunciatário, o destinador e o destinatário implícitos da enunciação, logicamente pressupostos pela existência do enunciado; 2) narrador / narratário, o destinador e o destinatário do discurso explicitamente instalados no enunciado (1979, p. 242); interlocutor / interlocutário, o destinador e o destinatário de uma estrutura da comunicação reproduzida sob a forma de simulacro no interior do discurso, isto é, de um diálogo (1979, p. 191). Esses níveis podem ser desdobrados.

No conto de Júlio Cortázar *Continuidade dos parques*, analisado por Greimas em *De l'imperfection*, um homem está lendo um romance e ele é progressivamente absorvido pelo universo da ficção (1987, p. 55-68). O sujeito-leitor, situado no nível da enunciação, torna-se testemunha do encontro das personagens, actantes do enunciado, que são amantes urdindo a morte do marido. O amante segura um punhal e dirige-se para a casa do marido, que está sentado numa poltrona lendo um romance. Os diferentes níveis enunciativos interpenetram-se, criando uma continuidade entre o mundo “real” e o da ficção.

Os exemplos dados até agora são exemplos de *embreagem homocategórica*, que ocorre, “quando a debreagem e a embreagem que a segue afetam a mesma categoria, a de pessoa, a de espaço ou a de tempo” (1979, p. 121). A embreagem na qual as categorias presentes na debreagem e na embreagem subsequente são distintas é denominado *embreagem heterocategórica*. Um exemplo de embreagem heterocategórica é o emprego, muito frequente em português, de uma medida temporal para indicar uma medida espacial:

De carro, fica a três horas daqui.

Para que haja uma embreagem, as pessoas, os espaços e os tempos da enunciação e do enunciado devem ser desreferencializados, o que se produz quando se destroem a ilusão referencial e a ilusão enunciativa, isto é, quando se apresentam as pessoas, os espaços e os tempos como uma criação da linguagem e não como simulacros do mundo ou do ato de comunicação.

4. A discursivização da categoria de pessoa

4.1 O sistema de pessoa em português brasileiro

Do ponto de vista mórfico e semântico, o sistema de pessoa em português brasileiro é muito semelhante ao do francês, com exceção das formas de segunda pessoa que desapareceram em português moderno. Em seu lugar, empregam-se *você(s)* para o tratamento informal e *o(s) senhor(es)* e *a(s) senhora(s)* para o tratamento formal. Nota-se que, em lugar das formas de segunda pessoa, o português brasileiro usa formas de terceira pessoa, que são substitutos nominais dos pronomes pessoais. A forma *você* vem do pronome de tratamento *Vossa Mercê*.

A série completa das pessoas é a seguinte:

eu: primeira pessoa, a pessoa que fala;

você (tu): segunda pessoa, aquela a quem se fala;

ele: terceira pessoa, substituto pronominal de um grupo nominal, do qual ele tira referência, actante do enunciado, de que falam eu e tu;

nós: não é a multiplicação de objetos idênticos, mas é a junção de um *eu* e de um *não eu*;

vocês, o(s) senhor(es); a(s) senhora(s) (*vós*): há um “*vós*” que é o plural de “*tu*” e outro “*vós*”, no qual *ele* ou *eles* se juntam a “*tu*”;

eles: pluralização de *ele*.

É preciso fazer ainda uma última observação. No extremo sul do Brasil, a forma de segunda pessoa do singular *tu* se conservou. Entretanto, na linguagem cotidiana, a concordância do verbo não se faz com a segunda, mas com a terceira pessoa.

Essa particularidade do português brasileiro de sempre empregar formas de terceira pessoa em lugar de formas de segunda levanta uma questão interessante: o sistema do português brasileiro põe em causa a descrição da categoria de pessoa feita por Benveniste (1966)? Não, porque, em Benveniste, as pessoas devem ser apreendidas como lugares vazios, que as diferentes línguas preenchem a sua maneira: primeira pessoa, a pessoa que fala; segunda pessoa, a pessoa a quem se fala; terceira pessoa, a pessoa de quem se fala.

O português brasileiro não faz uma operação de debreagem actancial enunciativa para discursivizar a segunda pessoa, mas realiza sempre uma operação de embreagem actancial para instalá-la no enunciado. O próprio Benveniste (1966) descreve esse uso da terceira pessoa com valor de segunda.

Ademais, para contestar a teoria da enunciação de Benveniste, não basta analisar como uma língua exprime uma determinada categoria. É preciso estudar conjuntamente a expressão da pessoa, do espaço e do tempo numa dada língua.

4.2 A debreagem actancial

A debreagem actancial enunciativa é a operação pela qual se constroem discursos em primeira e em segunda pessoa.

Eram felizes, e foi o marido que primeiro arrolou as qualidades novas de Tristão. A mulher deixou-se ir no mesmo serviço, e eu tive de os ouvir com aquela complacência, que é uma qualidade minha, e não das novas. Quase que a trouxe da escola, se não foi do berço. Contava minha mãe que eu raro chorava por mama; apenas fazia uma cara feia e implorativa. Na escola não briguei com ninguém, ouvia o mestre, ouvia os companheiros, e se alguma vez estes eram extremados e discutiam, eu fazia da minha alma um compasso, que abria as pontas aos dous extremos. Eles acabavam esmurrando-se e amando-me.

Não quero elogiar-me... Onde estava eu? Ah! no ponto em que os dous velhos diziam das qualidades do moço.

Nesse trecho do romance *Memorial de Aires*, de Machado de Assis (1979, v. I, p. 1151), o narrador em primeira pessoa faz seu próprio elogio, quando ele ouve o elogio de Tristão feito por seus amigos.

CAPÍTULO CVI

... ou, mais propriamente, capítulo em que o leitor, desorientado, não pode combinar as tristezas de Sofia com a anedota do cocheiro. E pergunta confuso: — Então a entrevista da Rua da Harmonia, Sofia, Carlos Maria, esse chocalho de rimas sonoras e delinquentes é tudo calúnia? Calúnia do leitor e do Rubião, não do pobre cocheiro, que não proferiu nomes, não chegou sequer a contar uma anedota verdadeira. É o que terias visto, se lesses com pausa. Sim, desgraçado, adverte bem que era inverossímil que um homem, indo a uma aventura daquelas, fizesse parar o tálburi diante da casa pactuada. Seria pôr uma testemunha ao crime. Há entre o céu e a terra muitas mais ruas do que sonha a tua filosofia, — ruas transversais, onde o tálburi podia ficar esperando.

Nesse passo do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis (1979, v. 1, p. 732), o narrador em primeira pessoa dirige-se a um leitor em segunda pessoa, criticando-o por não ter lido bem o romance.

A debreagem actancial enunciativa é a operação pela qual se enuncia um discurso em terceira pessoa.

Entre as muitas preocupações que disputavam a atenção de Clare Ogilvy naquela manhã de abril, a maior era a de fazer que o novo embaixador chegasse à Casa Branca na hora marcada. Michel telefonara-lhe havia pouco, comunicando que

seu patrão desejava deixar a residência às dez e meia em ponto (VERÍSSIMO, 1967, p. 40).

Nesse texto, o narrador está ausente do enunciado e apenas os actantes do enunciado figuram no discurso.

4.3 A embreagem actancial

Como foi dito anteriormente, essa embreagem consiste em neutralizar oposições na categoria de pessoa. Considerando que a primeira e a segunda pessoa do plural não são simples pluralizações da primeira e da segunda pessoa do singular, mas que, ao contrário, a terceira pessoa é simplesmente uma pluralização da pessoa correspondente do singular, cinco distinções aparecem nessa categoria. Cada pessoa pode ser utilizada no lugar de outra. Eis alguns exemplos.

i) Terceira pessoa no lugar da primeira do singular.

O Papa João Paulo II se despediu ontem dos brasileiros, depois de uma visita de dez dias a dez capitais, com votos de que o Brasil se torne uma nação próspera e digna, respeitosa dos valores fundamentais da pessoa humana:

- *O Papa* leva no fundo do coração o desejo e a esperança de que a Nação brasileira trilhe sempre a senda da valorização da dignidade do homem - disse (*O Globo*, 22/10/1991: p. 7).

O Papa toma a palavra, referindo-se a si mesmo na terceira pessoa e não na primeira do singular. As formas de terceira pessoa empregadas com o valor de *eu* são *ele / ela*, ou mais frequentemente um substantivo. Um nome próprio é, muitas vezes, utilizado no lugar do *eu*.

Pois foi *Ponciano* arrotar vantagem e aparecer, na boca de um taquaral, aquele pedaço de onça que em medida de olho nu ganhava de um garrote em tamanho e peso (CARVALHO, 1971, p. 46).

Como *Ponciano* é o próprio narrador, quando ele se denomina por seu nome, ele emprega uma terceira pessoa com o valor de uma primeira.

Esse tipo de neutralização é bastante corrente da linguagem cotidiana, quando, por exemplo, um pai diz a seu filho:

- Filho, o papai não quer mais que você faça isso.

Ela é também utilizada na linguagem oficial. Os requerimentos, por exemplo, são feitos em terceira pessoa.

Quando essa embreagem é realizada, o enunciador parece esvaziar-se de toda subjetividade e apresentar-se somente como um papel social. O exemplo abaixo é muito interessante para mostrar esse fato: Dom João I e o Mestre de Aviz são a mesma pessoa, o enunciador. No entanto, os dois papéis estão dissociados a fim de deixar claro de que são eles que estão em jogo no momento da fala.

Eia, pois: se não perdoais a *D. João I* uma suposta ofensa, perdoai-a ao *Mestre de Aviz*, ao vosso antigo capitão (Herculano, s.d., p. 228).

ii) Terceira pessoa no lugar da segunda do singular.

Era bilhete de Dona Esmeralda, com parabéns pelo que diziam de mim as gazetas. Também de Fonseca, que encontrei na rua depois, recebi os cumprimentos:

- Sim senhor! O *coronel* anda por cima da carne-seca. Não sai das folhas (1971, p. 231).

Nesse caso, "o coronel" significa *tu*. Dirige-se à pessoa com quem se fala por meio de um substantivo indicativo de um papel social. Pode-se também chamá-la por seu nome ou dizer *ele*. É o que ocorre neste exemplo de Herculano, no qual Afonso Henriques se dirige a Dom João I:

[...] só *D. João I* compreende Afonso Henriques; porque só *ele* compreende a valia destas duas palavras formosíssimas, palavras de anjo - pátria e glória (s.d., 229).

Essa embreagem é frequentemente empregada na linguagem coloquial. Por exemplo, uma mãe pergunta a seu filho:

O meu filhinho brincou muito?

O emprego da terceira pessoa em lugar da segunda indica afeto, ternura ou respeito, uma vez que o locutor exclui o outro da troca linguística e lhe dá um lugar especial, que não é instituído por um *eu*, como seria o lugar do *tu*. Quando se diz *A senhora está servida, Sua Excelência está satisfeito?*, o enunciador exclui-se da reciprocidade da troca linguística para mostrar um grande respeito. Esse uso pode denotar igualmente descontentamento ou desprezo, por exemplo, se essa forma se endereça a uma criança que já chamou três vezes sua mãe durante a noite: *Que é que ele quer agora?*

Há também o caso em que por respeito se emprega um pronome de terceira pessoa para se dirigir a qualquer um. É o caso do português brasileiro moderno, como já se mostrou.

iii) Segunda pessoa do singular no lugar da primeira do singular.

Meu velho Aires, trapalhão da minha alma, como é que *tu* comemoraste no dia 3 o ministério Ferraz, que é de 10? Hoje é que ele faria anos, *meu velho Aires*. Vês que

é bom ir apontando o que se passa; sem isso não *te lembrarias* nada ou *trocarias* tudo (ASSIS, 1979, v. 1, p. 1138).

Nesse caso, o narrador do *Memorial de Aires*, de Machado de Assis, dirige-se a si mesmo, como se ele fosse uma segunda pessoa. Produz-se então um procedimento de desdobramento fictício do enunciador, que se constitui num outro, para ser o objeto de suas apreciações, de suas confidências, etc.

iv) Primeira pessoa do plural no lugar da primeira do singular.

É o que se chama plural majestático, de modéstia ou de autor. O *eu* dilui-se no anonimato do *nós* ou é amplificado. O que distingue um uso do outro é o tipo de texto em que figura esse *nós*. Quando ele aparece em alocações solenes, emanando de altas autoridades civis (chefes de Estado ou de governo) e eclesiásticas (papa ou bispos) ou em documentos oficiais, esse plural é majestático:

Nós, durante Nosso Pontificado...

Esse *nós* não situa a alta autoridade como uma simples subjetividade em uma relação de comunicação. Ao contrário, no plural chamado de modéstia, o *eu* evita colocar em evidência sua subjetividade, diluindo-a no *nós*:

O compadre compreendeu tudo, viu que Leonardo abandonava o filho, uma vez que a mãe o tinha abandonado e fez um gesto como quem queria dizer:

- Está bem, já agora... vá; *ficaremos* com uma carga às costas (ALMEIDA, s. d., p. 13).

O plural de autor, utilizado em obras científicas, em conferências, etc., é um caso diferente. O enunciador diz *nós*, porque ele não é um indivíduo que fala em seu próprio nome. Ele tem atrás de si uma comunidade científica, que fala em nome da Ciência, do Saber. O autor estabelece-se como um delegado dessa coletividade, cuja autoridade deriva da instituição científica e, para além dela, da própria Ciência.

Em português, como em francês, quando o *nós* representa um ser único, os adjetivos e os participios que a ele se referem são colocados no singular e no gênero correspondente ao sexo do ser designado. Esse acordo é o vestígio sintático da *debreagem* que precede a *embreagem*:

Antes sejamos breve que prolixo.

Com o mecanismo da *embreagem*, a língua permite que os pronomes derrapem e efetuem sua ancoragem em pontos de referência deslocados em relação às coordenadas enunciativas efetivas. Todas as unidades dêiticas que indicam o enunciador podem denotar o enunciatário e vice-versa. Pronomes amplificados podem significar pessoas

singulares e vice-versa; a não pessoa pode assinalar as pessoas e vice-versa. O *eu*, assim como o *aqui* e o *agora*, ancora o texto. A debreagem dá-lhe um caráter referencializado. A embreagem desestabiliza essa referencialização, mostrando o texto como uma enunciação, desvelando, portanto, a ilusão referencial.

5. A discursivização da categoria de tempo

5.1 O sistema temporal em português

Benveniste (1974, p. 73) diz que “o que o tempo linguístico tem de singular é que ele é organicamente ligado ao exercício da fala, que ele se define e se ordena como função do discurso. Esse tempo tem seu centro – um centro, ao mesmo tempo, gerador e axial – no *presente* da instância da fala”.

O discurso instaura um *agora*, o momento da enunciação. Em oposição ao *agora*, cria-se um *então*. Esse *agora* é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua.

A temporalidade linguística concerne às relações de sucessividade e de concomitância entre os estados e as transformações que são representados no discurso. Ela ordena sua progressão, ela mostra os que são concomitantes, os que são anteriores e os que são posteriores. Há então um sistema temporal linguístico que se constrói em relação a marcos temporais instalados no discurso, assim como um sistema temporal que se estabelece em função do presente implícito da enunciação. Benveniste (1966) assinalou a presença de dois sistemas temporais na língua. Ele denominou-os sistemas do “discurso” e da “história”.

Explicitemos melhor essa questão. Existem na língua dois sistemas temporais: um é diretamente relacionado ao momento da enunciação e o outro é ordenado em função de momentos de referência instalados no enunciado. Assim, temos um sistema enunciativo no primeiro caso e um sistema enuncivo no segundo. No entanto, considerando que o momento da enunciação constitui o eixo fundamental de ordenamento temporal da língua, os momentos de referência estão em relação com ele. Por isso, ao momento da enunciação aplica-se a categoria topológica *concomitância vs. não concomitância* (*anterioridade vs. posterioridade*) e obtêm-se três momentos de referência: concomitante, anterior e posterior ao momento da enunciação.

Se o momento de referência é concomitante ao momento da enunciação, utiliza-se o sistema enunciativo, já que tudo está referido a este momento. Convém lembrar que esse momento da referência só é explicitado em certas ocorrências (por exemplo, quando a recepção e a produção não são simultâneas, como no caso de uma carta).

Se o momento de referência é anterior ou posterior ao momento da enunciação, deve ser sempre explicitado. Dois momentos de referência são, portanto, explicitados: um passado e um futuro, que ordenam dois subsistemas temporais enuncivos.

O momento dos acontecimentos (estados e transformações) é ordenado em relação aos diferentes momentos de referência. Essa ordenação faz-se aplicando a categoria topológica *concomitância vs. não concomitância (anterioridade vs. posterioridade)* aos diferentes momentos de referência.

Há, pois, três momentos estruturalmente relevantes na constituição do sistema temporal: o momento da enunciação (ME), o momento de referência (MR) e o momento do acontecimento – o que ocorreu (MA).

Há, por conseguinte, na língua, um sistema temporal enunciativo, quando o momento de referência é concomitante com o momento da enunciação, e um sistema enuncivo, que comporta dois subsistemas: um é comandado pelo momento de referência passado e outro, pelo momento de referência futuro. Assim, se se levam em conta as relações constitutivas da categoria do tempo, e não a morfologia, há nove tempos na língua:

- a) no sistema enunciativo (momento de referência concomitante com o momento da enunciação): concomitância com o momento de referência – presente do presente; anterioridade ao momento da enunciação – passado do presente (pretérito perfeito 1); posterioridade em relação ao momento da enunciação – futuro do presente;
- b) no subsistema enuncivo do passado (momento de referência anterior ao momento da enunciação): concomitância limitada em relação ao momento de referência – presente do passado (pretérito perfeito 2); concomitância não limitada em relação ao momento de referência – presente do passado (pretérito imperfeito); anterioridade a esse momento – passado do passado (pretérito mais-que-perfeito simples e composto); posterioridade imperfectiva a esse momento – futuro do passado (futuro do pretérito simples); posterioridade perfectiva a esse momento – futuro do passado (futuro do pretérito composto);
- c) no subsistema enuncivo do futuro (momento de referência posterior ao momento da enunciação): concomitância com o momento de referência – presente do futuro; anterioridade a esse momento – futuro anterior (futuro do presente composto); posterioridade ao momento de referência – futuro do futuro.

A localização temporal é determinada pelos tempos do indicativo, porque o emprego dos tempos do subjuntivo é regido pela concordância dos tempos. Como o português possui seis formas temporais no subjuntivo (presente, pretérito imperfeito, pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro do presente e futuro do pretérito), todas utilizadas correntemente, mesmo na linguagem cotidiana, seu emprego obedece a um complexo jogo de concordância dos tempos.

Comparativamente ao sistema temporal do francês, o sistema do português apresenta algumas diferenças. A primeira é o valor do pretérito perfeito simples e do pretérito perfeito composto. Benveniste (1966) mostra que, em francês, a diferença central entre

o *passé composé* e o *passé simple* é que o último é um tempo da história, enquanto o outro é um tempo do discurso. O *passé composé* indica uma anterioridade em relação ao presente; o *passé simple*, uma concomitância relativa a um momento de referência no passado. Como o pretérito perfeito composto perdeu seu valor temporal em português e tem atualmente um valor aspectual durativo (continuativo ou iterativo) e inacabado, o pretérito perfeito simples exprime dois tempos: o passado do presente (a anterioridade a um momento de referência presente) e o presente do passado (a concomitância em relação a um momento de referência passado). Há, funcionalmente, dois passados simples: o número 1, que é um tempo do sistema enunciativo, e o número 2, que pertence ao sistema enuncivo. O pretérito perfeito composto conserva seu valor de anterioridade apenas em casos muito restritos, para exprimir um fato que acaba de produzir-se. Por exemplo, um orador termina seu discurso dizendo *Tenho dito*.

Além disso, não há tempos sobrecompostos e o passado anterior, que existia em português arcaico, desapareceu.

Os advérbios e as locuções adverbiais de tempo articulam-se igualmente em um sistema enunciativo e um sistema enuncivo. O primeiro centra-se num momento de referência presente, idêntico ao momento da enunciação; o segundo organiza-se em torno de um momento de referência (passado ou futuro) inscrito no enunciado, o que significa que na categoria dos advérbios não há subsistemas, nem em relação a um momento de referência passado nem em relação a um momento de referência futuro. A categoria topológica *concomitância vs. não concomitância (anterioridade vs. posterioridade)* aplica-se a cada momento de referência (enunciativo e enuncivo). Por exemplo, no sistema enunciativo *hoje, ontem e amanhã* exprimem os termos da categoria topológica. No sistema enuncivo, são correspondentes a eles os termos *no mesmo dia, na véspera, no dia seguinte*. As locuções com *próximo* pertencem ao sistema enunciativo; as com *seguinte*, ao sistema enuncivo.

5.2 A debreagem temporal

A debreagem temporal enunciativa é a operação pela qual se localizam, temporalmente, os acontecimentos com os tempos enunciativos: o presente do presente, o passado do presente e o futuro do presente.

— Anda, aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei esta história a um professor de melancolia, que me disse, abanando a cabeça:

— Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!

Esse trecho é o final do conto *Um apólogo*, de Machado de Assis (1979, v. 2, p. 556). Essa narrativa conta a discussão, enquanto uma costureira fazia um vestido de baile para uma

baronesa, entre uma agulha e um novelo de linha, cada um reivindicando a primazia sobre o outro. Três turnos de fala aparecem nele: o do alfinete, o do narrador e o do professor de melancolia. A localização temporal efetua-se com os tempos enunciativos: presente e passado do presente.

A debreagem temporal enunciativa é a operação pela qual se localizam, temporalmente, os acontecimentos com os tempos enunciativos do subsistema do passado, presente do passado (pretérito perfeito 2 ou pretérito imperfeito), passado do passado (pretérito mais-que-perfeito simples ou composto) ou futuro do passado (futuro do pretérito simples ou composto), ou com os tempos enunciativos do subsistema do futuro, presente do futuro, futuro anterior ou futuro do futuro.

Rubião foi recolhido a uma casa de saúde. Palha esquecera a obrigação que Sofia lhe impôs, e Sofia não se lembrou mais da promessa feita à rio-grandense. Cuidavam ambos de outra casa, um palacete em Botafogo, cuja reconstrução estava prestes a acabar, e que eles queriam inaugurar, no inverno, quando as câmaras trabalhassem, e toda a gente houvesse descido de Petrópolis. Mas agora a promessa foi cumprida; Rubião deu entrada no estabelecimento, onde ficou ocupando uma sala e um quarto especiais, recomendado pelo Dr. Falcão e pelo Palha. Não resistiu a nada; acompanhou-os com satisfação, e entrou nos seus aposentos, como se os conhecesse desde muito (Machado de Assis, 1979, v. I, p. 799).

Nesse trecho, a localização temporal dos acontecimentos é discursivizada por meio dos tempos do subsistema do passado: presente do passado (pretérito perfeito 2 e pretérito imperfeito) e passado do passado (pretérito mais-que-perfeito).

Naquele dia o renovo do Senhor será belo e glorioso, e o fruto da terra será o orgulho e a glória dos sobreviventes de Israel.

Os que forem deixados em Sião e ficarem em Jerusalém serão chamados santos: todos os inscritos para viverem em Jerusalém (Isaías, 4, 2-3).

Os acontecimentos são concomitantes com o momento de referência futuro *naquele dia*, são então discursivizados empregando o presente do futuro.

5.3 A embreagem temporal

Ao contrário da debreagem, que é a projeção para fora da instância da enunciação dos tempos que servem para constituir o enunciado, seja um enunciado que institui um simulacro da enunciação, seja um enunciado que não representa uma enunciação, a embreagem temporal é o efeito de retorno à instância da enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria de tempo (GREIMAS; COURTÉS, 1979). De fato, a debreagem cria seja uma enunciação enunciada, em que os tempos

do enunciado simulam os tempos da enunciação, seja um enunciado enunciado, em que se tem a ilusão de estar diante da temporalidade dos acontecimentos. Tem-se a impressão de estar sempre em presença de uma temporalidade não linguística: tempo do ato de dizer no primeiro caso; tempo dos acontecimentos no segundo. Ora, quando se neutralizam termos da categoria de tempo, o efeito de sentido obtido é que o tempo é uma pura construção do enunciador, que presentifica o passado, torna presente o futuro, etc. Assim, com esse procedimento, passa-se da ilusão enunciativa da naturalidade dos tempos do dizer e do dito, da quimera segundo a qual o tempo linguístico é o tempo do mundo, à certeza de que o tempo é um efeito de sentido produzido na e pela enunciação.

No caso dos tempos verbais, podem-se neutralizar:

- a) um tempo enunciativo e um tempo enuncivo correspondente;
- b) um termo da categoria topológica e um outro no interior do mesmo sistema ou subsistema temporal;
- c) um termo da categoria topológica com um outro de um sistema ou de um subsistema temporal distinto.

O resultado da neutralização manifesta-se sempre por um dos tempos cuja oposição foi suspensa. É evidente que, nesse caso, um tempo será utilizado com valor de outro, porque, do contrário, a neutralização não seria percebida.

Um exemplo do primeiro caso é a neutralização do presente e do pretérito imperfeito, em proveito do segundo tempo do par.

Agora eu *era* herói
E o meu cavalo só *falava* inglês.
A noiva do cowboy
Era você, além das outras três.
Eu *enfrentava* os batalhões,
Os alemães e seus canhões.
Guardava o meu bodoque
E *ensaiava* o rock para as matinês.
(Chico Buarque, "João e Maria")

Os pretéritos imperfeitos exprimem uma concomitância, não em relação a um marco temporal passado, mas ao *agora*. Eles são então empregados no lugar do presente. Esses imperfeitos pertencem ao indicativo, o modo empregado pelo falante para situar a ação na realidade. Entretanto, como o imperfeito exprime o imperfectivo, isto é, ele apresenta o processo sem precisar seus limites inicial e final, a língua o emprega com o valor de presente para criar um efeito de sentido de irrealidade, para manifestar fatos hipotéticos. Ademais, como o imperfeito situa os fatos no passado, essa embreagem emprega o tempo que afasta os fatos do presente para exprimir acontecimentos deslocados da realidade.

O segundo caso pode ser exemplificado, por exemplo, quando a oposição entre a concomitância (pretérito imperfeito) e a posterioridade (futuro do pretérito) do subsistema enuncivo do passado é suspensa.

Ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
Perdão *podíeis* ter sido!
- sois madeira que se corta. (MEIRELES, 1985, p. 492).

Esse trecho pertence ao poema "Romance das palavras aéreas", de Cecília Meireles, que compara dois tempos: um *então*, que é o tempo da vida, das promessas de liberdade, e um *agora*, que é o tempo da prisão, da tortura, da morte. Em relação ao momento passado, num tempo posterior, as promessas poderiam ter-se realizado. Essa probabilidade é expressa pelo pretérito imperfeito *podíeis* e não pelo futuro do pretérito (*poderíeis*), para criar um efeito de sentido de certeza. O imperfeito indica que o que estava previsto para o futuro era inevitável. Essa certeza, no entanto, foi cortada pela brutalidade da repressão portuguesa. O presente do indicativo mostra que a morte tomou o lugar do que parecia certo para quem pregava a independência da colônia. O imperfeito com o valor de futuro do pretérito exprime, portanto, uma consequência de um fato passado, que é considerada como inevitável pelo enunciador, mas que não se realizou.

O terceiro caso ocorre, quando se neutraliza, por exemplo, a concomitância em relação ao momento de referência presente (presente) e a posterioridade a um momento de referência passado, futuro do passado (futuro do pretérito).

Felizmente, ele reagiu depressa. Um passo a mais e o carro o *esmaga*.

O presente *esmaga* não marca uma concomitância ao *agora*, mas indica a posterioridade em relação ao marco temporal passado *naquele momento*. A finalidade dessa construção é sublinhar a fatalidade da consequência em relação à causa expressa. A consequência é apresentada como real, embora seja hipotética.

O que se disse a respeito dos tempos verbais se aplica também aos advérbios de tempo. É preciso lembrar, entretanto, que só se neutralizam os advérbios que manifestam de fato o tempo linguístico e não as precisões cronológicas que são aportadas a ele. Por exemplo, o advérbio *agora*, que indica uma concomitância em relação ao momento da enunciação, pode ser utilizado no lugar de *há pouco tempo* e *daqui a pouco*, respectivamente anterioridade e posterioridade em relação ao momento da enunciação, para marcar um passado recente e um futuro imediato, a saber, para mostrar a proximidade do passado e do futuro em relação ao momento da enunciação. Em português, emprega-se o diminutivo de *agora*, para reforçar o caráter recente ou iminente, respectivamente, do passado e do futuro.

Saiu *agorinha*.
Vamos começar a lição *agorinha* mesmo.
Estou fora dessa, cheguei *agorinha*.

Outro processo de denegação da instância do enunciado é a presentificação do passado e a presentificação do futuro (chamadas analepse e prolepse na linguagem verbal e *flashback* e *flashforward* no cinema).

A questão que se coloca agora é saber como a embreagem temporal pode ser percebida no discurso. Se a embreagem, como dizem Greimas e Courtés (1979, p. 119), pressupõe uma debreagem anterior, visto que não há neutralização sem oposição, “a embreagem deve deixar alguma marca discursiva da debreagem anterior”. Quando uma embreagem temporal tem lugar, uma marca temporal que permite reconhecer que um tempo verbal ou um advérbio são empregados com valor de outro deve, por conseguinte, aparecer no contexto. Por exemplo, em “Daqui a um mês estou de volta. Vou amanhã” (ASSIS, 1979, v. I, p. 650), constata-se que o presente tem o valor de um presente do futuro e que há, portanto, uma embreagem, porque *daqui a um mês* e *amanhã* indicam que o acontecimento expresso pelo verbo é concomitante a uma posterioridade ao momento da enunciação.

O sistema do tempo organiza-se na língua de uma maneira absolutamente simétrica. O discurso, porém, misturando perspectivas, confundindo os termos da categoria topológica, subvertendo as oposições, produz uma “vertigem temporal” de que ele se serve para criar efeitos de sentido.

6. A discursivização da categoria de espaço

6.1 O sistema da localização espacial em português

A língua serve-se de várias categorias para proceder à localização no espaço. No entanto, do ponto de vista da enunciação, essa localização efetua-se fundamentalmente por meio dos demonstrativos e dos advérbios de lugar. O espaço linguístico propriamente dito é ordenado a partir do *aqui*, isto é, a partir do espaço do *ego*. Todos os objetos são assim localizados, sem que seu lugar no mundo tenha qualquer importância, porque aquele que os situa se coloca como o centro e o ponto de referência da localização.

O português, diferentemente do francês, tem um sistema tricotômico de demonstrativos. Em função dêitica, *este* e *esse* indicam o espaço da cena enunciativa e *aquela*, o que está fora dela. *Este*, por sua vez, marca o espaço do enunciador, isto é, o que está próximo do *eu*; *esse* marca o espaço do enunciatário, isto é, o que está próximo do *tu*.

Atualmente, a oposição *este/esse* está em vias de desaparecer. Os dois demonstrativos tornaram-se equivalentes e encontram-se em variação livre. O sistema dos demonstrativos passa então de um sistema tricotômico a um sistema dicotômico, em que os valores serão

os seguintes: *este/esse* assinalam a proximidade dos actantes da enunciação e *aquela*, a distância desses actantes.

Os advérbios de lugar constituem duas séries: uma tricotômica, *aqui*, *aí* e *ali*, e outra dicotômica, *cá* e *lá*. *Aqui* marca o espaço do *eu*; *aí*, o espaço do *tu*; *ali*, o espaço fora da cena enunciativa. *Cá* indica o espaço da enunciação e *lá*, o espaço fora da cena enunciativa.

6.2 A debreagem espacial

A debreagem espacial enunciativa é a operação pela qual a localização espacial é ordenada em relação ao espaço da enunciação, o *aqui*.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que volte para *lá*;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por *cá*;
Sem qu'inda aviste as palmeiras
Onde canta o Sabiá (DIAS, 1957, p. 84).

Nesse trecho da *Canção do exílio*, de Gonçalves Dias, o espaço é organizado em relação ao *aqui* da enunciação. A fim de exaltar as belezas de sua terra natal, o poeta opõe o espaço do exílio (*cá*) ao espaço da terra natal (*lá*).

A debreagem espacial enunciativa é a operação pela qual a localização espacial não tem qualquer relação com o espaço da enunciação.

De um dos cabeços da *Serra dos Órgãos* desliza um fio d'água que se dirige para o norte, e engrossado com os mananciais, que recebe no seu curso de dez léguas, torna-se rio caudal.

É o *Paquequer*: saltando de cascata em cascata, enroscando-se como uma serpente, vai depois se espreguiçar na várzea e embeber no Paraíba, que rola majestosamente em seu vasto leito.

Dir-se-ia que vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látigo do senhor (ALENCAR, 1969, p. 1).

A localização do rio Paquequer é criada no enunciado sem nenhuma referência ao espaço da enunciação.

6.3 A embreagem espacial

A embreagem espacial é o efeito de retorno à instância da enunciação, produzido pela suspensão da oposição entre certos termos da categoria de espaço.

Eu só queria estar lá para receber *estes* cachorros a chicote (REGO, 2006, p. 337).

O advérbio *lá* denota que o espaço em que estão as pessoas que o falante queria receber a chicotadas está fora da situação de enunciação. Apesar disso, ele emprega *estes* no lugar de *aqueles*. Esse uso, que torna as personagens presentes na cena enunciativa, revela o interesse particular do enunciador no evento.

7. Os efeitos de sentido produzidos pela embreagem

Os efeitos de sentido criados pelas embreagens de pessoa, de tempo e de espaço não se fragmentam numa multiplicidade incontável de significações, mas são subordinados à categoria semântica:

aproximação vs. distanciamento.

A aproximação produz-se, quando se vai, na categoria de pessoa, da terceira pessoa para a primeira; na categoria de tempo, do momento de referência passado ou futuro para o momento de referência presente, assim como do momento do acontecimento passado ou futuro para o momento do acontecimento presente; na categoria de espaço, do espaço fora da cena enunciativa para o espaço do enunciador. O distanciamento realiza-se quando se faz o percurso inverso em cada categoria.

Se *aproximação* e *distanciamento* são considerados os termos *a* e *b* de uma categoria semântica, deve ser prevista a existência dos termos *não a* e *não b*.

No que concerne à categoria de pessoa, *aproximação* apresenta-se como *subjetividade* e *distanciamento* como *objetividade*.

Empregar a terceira pessoa no lugar de outra pessoa qualquer consiste em esvaziar a pessoa de toda a subjetividade e realçar uma objetivação, isto é, sublinhar o papel social em detrimento da individualidade:

É chegada a altura de se revelar que *este autor* (= eu) em um momento se achou semelhante aos deuses (José Saramago, *Folha de S. Paulo*, 24/10/1993: 1-3).

Servir-se da primeira pessoa para significar outra é subjetivizar o discurso, diminuir o papel social, pôr em evidência a subjetividade:

Como vai para a Vinte e Três de Maio? *Pego* (= você pega) a primeira à esquerda, *subo* a rampa até o farol, *sigo* em frente e *já estou* no acesso para a Vinte e Três de Maio (informação dada a um motorista).

No que diz respeito à categoria do tempo, *aproximação* e *distanciamento* apresentam-se sob a forma de três outras categorias semânticas:

- uma para os efeitos de sentido temporais *stricto sensu*:

conjunção vs. deslocação;

- uma para os efeitos de sentido modais:

realidade vs. virtualidade;

- outra para os efeitos de sentido aspectuais:

inacabado vs. não começado.

A *conjunção* pode concretizar-se como uma ressonância no momento de referência.

Tinha vindo do Zaire muito novo, lá nascera. Os pais se tinham exilado no Zaire durante a guerra de independência de Angola e ele *nasceu* em Kinshasa. *Voltou* com a independência, *aprendeu* o português, *esqueceu* o lingala, e *se integrou* (PEPETELA, 1989, p. 122).

O romance *Lueji*, de Pepetela, é narrado no passado. Em relação a um momento de referência (ano de 1999), a vinda da personagem do Zaire, seu nascimento e o exílio de seus pais são anteriores e, por isso, são narrados no pretérito mais-que-perfeito. Mas o fato de que a personagem nasceu em Kinshasa, de que ela retornou depois da independência, de que aprendeu português, de que esqueceu o lingala e de que se integrou, tudo isso também é anterior. E, no entanto, todos esses fatos são relatados no presente do passado (concomitância temporal em relação ao momento de referência: pretérito perfeito 2), porque eles têm uma ressonância no momento da narrativa. Como explica o narrador, após a independência os "antigos emigrados" de retorno a Angola não eram bem-vistos.

A *realidade* pode manifestar-se como certeza das ações futuras, como inevitabilidade, como necessidade; a *virtualidade*, como suposição, como dúvida, como hipótese, como incerteza, como probabilidade, como atenuação dos fatos.

- Ele não quer que eu fique solteira toda a vida, não?

- Não tem poder para isso. Mas bem que *queria*, acho. Ou não sabes, maninha? (PEPETELA, 1989, p. 136).

Esse diálogo está ancorado no momento de referência presente. No lugar de dizer *Mas bem que quer, acho*, que indica realidade, diz-se *Mas bem que queria, acho*, que assinala virtualidade, que se manifesta como atenuação, porque *queria* é um tempo do subsistema da anterioridade.

O *inacabado* manifesta a inevitabilidade da ação futura, porque ele a mostra como já começada, e a imperfectividade no acontecimento passado.

- Devem agradecer é a Ndumba uo Tembo, é ele o grande caçador que fez tudo.

Além de corajosa, como poucos, também era modesta, como deve ser um eleito pelos espíritos, assim diziam os velhos, e os mais novos concordavam. Ndumba estava com um sorriso contrafeito, pois a vitória lhe escapava (PEPETELA, 1989, p. 134-135).

Todo o povo festejava a rainha porque ela teria matado o leão que iria devorar Ndumba uo Tembo. Na verdade, fora ele quem matara o leão. Assim, quando o povo começa a louvar a rainha, a vitória já lhe escapara. Utilizando o pretérito imperfeito (concomitância durativa) no lugar do mais-que-perfeito, o narrador cria um efeito de sentido de imperfectividade do fato passado, de um longo desenrolar-se, que assinala que tudo ia ferindo lentamente o amor próprio do guerreiro.

No que concerne à categoria de espaço, *aproximação* e *distanciamento* apresentam-se como presentificação e absenteização.

A não presentificação afasta alguém ou alguma coisa do enunciador sem retirá-lo da situação enunciativa, o que assinala certo desinteresse de sua parte.

Fortunato! Leve esse homem daqui! (SABINO, 1985, p. 26).

Nesse caso, emprega-se *esse*, que marca o espaço do enunciatário, no lugar de *este*, que indica o espaço do enunciador.

8. Conclusão

As categorias de pessoa, de espaço e de tempo são regidas pelos mesmos princípios. Com efeito:

- a) os actantes, os tempos e os espaços linguísticos são criados na e pela enunciação;
- b) cada uma dessas categorias apresenta um sistema enunciativo e um sistema enuncivo: os actantes, os tempos e os espaços relacionados diretamente à enunciação pertencem ao primeiro; os actantes, os tempos e os espaços do enunciado pertencem ao segundo;

- c) as pessoas, os tempos e os espaços do sistema enuncivo são indiretamente regidos pela enunciação, porque o *ele*, o *então* e o *alhures* ganham sentido por sua relação com o *ego*, o *hic* e o *nunc* da enunciação;
- d) num texto, diferentes instâncias da enunciação podem ser criadas pelo procedimento de delegação de vozes (cf. o discurso direto); cada uma dela é um *ego-hic-nunc*.

A debreagem actancial, temporal e espacial enunciativa é a projeção no enunciado das pessoas, dos tempos e dos espaços enunciativos. Na debreagem actancial, temporal e espacial enunciativa, projetam-se no enunciado apenas as pessoas, os tempos e os espaços enuncivos.

A embreagem produz-se pela suspensão das oposições que estruturam as categorias de pessoa, de tempo ou de espaço, o que leva à utilização de uma pessoa no lugar de outra, de um tempo por outro e de um espaço com valor de outro. As embreagens produzem os efeitos de sentido de *aproximação* e de *distanciamento*, que se apresentam como *subjetividade* e *objetividade* na categoria de pessoa; como *conjunção* e *deslocação*, *realidade* e *virtualidade*, *inacabado* e *não começado* na categoria de tempo; como *presentificação* e *absenteização* na categoria de espaço.

Essa compreensão semiótica mais ampla dos conceitos de debreagem e de embreagem oferece aos linguistas um modelo explicativo de todas as possibilidades de discursivização das categorias de pessoa, de tempo e de espaço. A semiótica pode também oferecer à linguística modelos de discursivização das outras categorias da língua, como a modalidade, o aspecto, a quantidade (FIORIN, 2012).

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. de. *O guarani*. São Paulo: Saraiva, 1969. v. I.
- ALMEIDA, M. A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, s.d.
- ASSIS, M. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. v. 1 e v. 2.
- BANDEIRA, M. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.
- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EdUSC, 2003.
- BUTOR, M. *Répertoire II. Études et conférences 1959-1963*. Paris: Minuit, 1964.

- CARVALHO, J. C. de. *O coronel e o lobisomem*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- COQUET, J.-C. *Le discours et son sujet*. Paris: Klincksieck, 1984.
- DIAS, G. *Poesias completas*. São Paulo: Saraiva, 1957.
- FIORIN, J. L. Modalização: da língua ao discurso. In: FIORIN, J. L. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 113-133.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.
- GREIMAS, A. J. *De l'imperfection*. Périgueux: Pierre Fanlac, 1987.
- HERCULANO, A. A abóboda. In: LAGES, A. *Florilégio Nacional*. São Paulo: LES, s.d.
- MEIRELES, C. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985.
- PEPETELA. *Lueji*. Luanda: União de Escritores Angolanos, 1989.
- RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Martins, 1972.
- REGO, J. L. do R. *Fogo morto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- SABINO, F. *A faca de dois gumes*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- VERÍSSIMO, É. *Senhor embaixador*. Porto Alegre: Globo, 1967.

Como citar este trabalho:

FIORIN, Jose Luiz. A respeito dos conceitos de debreagem e de embreagem: as relações entre semiótica e linguística. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 12-38, jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v15i1.8970>.